

O Poder e os Pobres

As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)

O Poder e os Pobres

As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)

Colecção Raiz do Tempo Dirigida por Margarida Sobral Neto www.palimage.pt/colecao/rt/



TÍTULO O Poder e os Pobres – As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos xvi-xviii)

AUTORA Laurinda Abreu

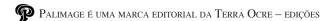
IMAGEM DA CAPA

Ordenações Manuelinas, Joannes Petri de Bonominis (Buonhomini) de Cremona, (2ª edição) nas instalações de Valentim Fernandes, Lisboa 1514 Biblioteca Nacional

1.ª EDIÇÃO IMPRESSA Agosto de 2014 DEPÓSITO LEGAL: 379409/2014 ISBN: 978-989-616-596-3

© 2014 Laurinda Abreu e Gradiva Publicações, S. A.

EDIÇÃO DIGITAL © 2018 Laurinda Abreu e Terra Ocre, Lda. ISBN: 978-989-703-200-4



Laurinda Abreu

O Poder e os Pobres

As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)



Índice

In	itrodução	11
	Parte I – Práticas de caridade e assistência nos alvores da Modernidade: organização e afirmação da autoridade da Coroa	
1.	Contextos sociais e políticos	23
	1.1. Definindo o perfil de pobre merecedor	27
2.	«Em benefício dos corpos»: reforma dos hospitais e	
	dos cuidados de saúde	49
	2.1. Entre o cuidar e o curar	63
	2.2. Organizando o campo das profissões de saúde	70
3.	O combate às epidemias	81
4.	A fundação das misericórdias	97
	4.1. Consolidação social das misericórdias	108
	4.2. Misericórdias e controlo régio	130
	4.3. A assistência às crianças abandonadas	145
5.	Organização das redes de assistência	153
	5.1. Médicos e boticários para servir nas periferias:	
	a rede médica	155
	5.1.1. Faculdade de Medicina e físico-mor:	
	entre o saber empírico e o académico	169
	5.2. Os celeiros do trigo	177

6.	O financiamento da assistência	189		
	6.1. O contributo das câmaras municipais	190		
	6.1.1. A Arca dos médicos e dos boticários	192		
	6.1.2. Esmolas e mamposteiros	196		
	6.2. O contributo da Igreja	209		
	6.2.1. Bispos e arcebispos, remediadores dos pobres	220		
	Parte II – As instituições como agentes sociais,			
	mediadoras entre a sociedade, as autoridades			
	e os indivíduos			
1.	Assistência em contexto institucional	229		
2.	O movimento fundacional			
	das instituições de clausura	243		
	2.1. Instituições de reduzida expressão social	254		
	2.1.1. Colégios de órfãos	255		
	2.1.2. O Hospício da Piedade	262		
	2.1.3. A Casa dos Catecúmenos	268		
3.	O universo dos recolhimentos femininos:			
	«a esposa, a freira e a prostituta»	273		
	3.1. Projectos de virtude e realidades pouco perfeitas	283		
	3.1.1. Quotidianos da discórdia	299		
4.	Hospitais e seus utentes	317		
	4.1. Os pobres nos hospitais: abordagens possíveis	338		
	4.1.1. Os casos dos hospitais do Espírito Santo			
	de Setúbal e de Évora	344		
	4.2. A quem serviam os hospitais?	353		
5.	Prisões e misericórdias	359		
	5.1. O quadro penal que conduzia os pobres às prisões	367		
	5.2. Os poderes que controlavam as prisões	374		

Índice 9

5.3. Os presos assistidos pelas misericórdias:	
devedores, ladrões e assassinos	390
5.3.1. Alguns enforcados, muitos degredados	394
5.4. Assistência aos presos pobres ou serviço à Coroa?	412
Conclusão	425
Siglas das instituições e abreviaturas	433
Fontes e bibliografia	435
Fontes manuscritas	435
Fontes impressas	438
Bibliografia	442

assistência no período moderno é um objecto de estudo há muito sedimentado e tem merecido a atenção de um número considerável de investigadores, que o têm abordado de variadíssimas perspectivas e enfoques. Este livro propõe-se analisar a estruturação deste campo no Portugal moderno em diálogo com a construção do Estado que então se iniciava e é tributário dos historiadores que, como Paul Slack, em particular desde a década de 80 do século passado¹, têm vindo a valorizar o seu carácter político². Concretamente, pretende-se aqui colocar a assistência e a saúde pública a par da guerra, do exército, da diplomacia e da administração, na lista das áreas que normalmente são identificadas como pilares da centralização do poder régio.

A população era essencial para o poder político e não apenas do ponto de vista quantitativo. De resto, regra geral, o universo dos pobres assistidos era reduzido – excluindo, obviamente, os pobres que receberam esmolas avulsas distribuídas em contextos institucionais ou de foro privado, cujo impacto social jamais se conseguirá avaliar –, porque os critérios de elegibilidade para aceder aos recursos da assistência formal, isto é, da assistência

¹ Sobre esta questão, veja-se Ole Peter Grell, Andrew Cunningham, 1997, pp. 1-17.

² Sobre o assunto, veja-se Jonathan Barry e Colin Jones, 1994. O que em caso algum significa menosprezar o papel dos valores e dos princípios religiosos dominantes na sociedade de Antigo Regime. Da abundante bibliografia que discute estas questões, ver, sobre todos, Charles H. Parker, 1998.

ministrada em contextos institucionais, com algum nível de burocratização³, funcionavam como um crivo poderoso que limitava o número de possíveis utentes. O respeito por determinados cânones morais, os requisitos físicos e de idade, privilegiando os idosos, as crianças, os deficientes, os doentes e respectivas famílias, aqueles que, temporária ou permanentemente, estavam impedidos de trabalhar, além de circunstâncias pré-definidas ligadas ao ciclo de vida dos indivíduos⁴, bem como a imposição de residência fixa, não estavam ao alcance de todos os pobres⁵. E mesmo cumprindo as exigências, não era garantido que o pobre encontrasse o seu espaço, num mundo altamente competitivo e de poucos recursos. Frequentemente ou de forma mais esporádica, em meados do século XVII apenas 6% da população de Antuérpia terá recebido ajuda institucional⁶; idêntica percentagem foi encontrada para os centros urbanos da Alemanha católica⁷ e para Estocolmo, entre outras cidades europeias⁸. Évora não terá ficado muito longe desse valor, chegando talvez aos 7%-8%9, se se incluir a assistência prestada no hospital – que atendia principalmente trabalhadores migrantes - e as cartas de guia - que ajudavam os pobres, maioritariamente não residentes, a abandonar a cidade. Em Lisboa, no ano económico de 1715-1716, a misericórdia apenas acudiu a 1,5% da população,

³ Steve Hindle, 2004, e Martin Dinges, 2004, pp. 23-50.

⁴ Stuart Woolf, 1986.

⁵ Além do mais, enquanto categoria socialmente construída, no sentido apresentado por Georg Simmel, pobreza poderia ser um conceito muito variável. Cf. Georg Simmel, 1965, pp. 137-138.

⁶ O que correspondeu a cerca de 4 000 pessoas, num universo de 63 000 habitantes. Cf. Hugo Soly, 1997, p. 98.

⁷ Em alguns casos, entre 6 e 10%. Cf. Bernd Roeck, 1999, pp. 283-284.

⁸ E. I. Kouri, 1997, p. 182; Paul Slack, 1988; Robert Jütte, 1996a, pp. 53-54.

⁹ Já para a segunda metade do século xVIII, mais concretamente entre 1755 e 1794, Catharina Lis e Hugo Soly apresentam valores mais generosos, entre os 7 e os 13%, para várias cidades dos Países Baixos. Cf. Catharina Lis e Hugo Soly, 1985, pp. 194-195.

o que, com alguma probabilidade, estaria na média dos pobres anualmente auxiliados. Números residuais¹⁰, portanto, quando várias estimativas indicam, para os finais da Idade Média e período moderno, que 30 a 50% da população europeia seria miserável¹¹. Mas aqui é preciso alargar o campo de visão até às diversas instâncias que eram convocadas ou envolvidas na assistência aos pobres. Um olhar que não se deve confinar aos organismos que possuíam os meios para funcionar como instrumentos de normalização social, e nesse sentido servir os intentos das autoridades e dos grupos dominantes, mas que alcance a sociedade em geral. A assistência era um factor de coesão social, e assim era percepcionada pelas autoridades, frequentemente abertas a processos de interacção e negociação que tiveram uma inegável importância sociopolítica¹². Além do mais, a assistência era, também, para muitos, hipótese de trabalho e de acesso a regalias que, de outra forma, lhes estariam vedados. O caso das amas dos expostos é já relativamente bem conhecido. Adiante revelar-se-á o dos mamposteiros, uma actividade muito apetecida e que terá ocupado um elevado número de homens que, à conta dos peditórios para os pobres, conseguiu libertar-se do trabalho braçal e do pagamento de impostos.

Nesta perspectiva, ganham relevo os conceitos operativos de acção colectiva e de actores com interesses – na formulação que lhes

¹⁰ Em 1552, a imprecisa contabilidade de João Brandão fixava entre 1 000 e 2 000 os pobres que mendigavam em Lisboa («ousarei dizer que são mais de dois [mil] pobres pedintes. E para que não digam que me desordeno, ponho-os todos em mil pobres»). Cf. João Brandão, 1990, pp. 89-90.

¹¹ Sobre a complexidade do assunto em causa, ver a excelente introdução de John Henderson e Richard Wall à obra *Poor Women and Children in the European Past*, 1994.

¹² Thomas Munck, «Forced Labour, Workhouse-Prisons and the Early Modern State: A Case Study», *European History [E-seminars]* (não publicado).

foi dada, respectivamente, por Dorothy Porter¹³ e Marco Van Leeuwen¹⁴ –, que têm o mérito, entre outros, de serem integrativos, ou seja, de abrangerem todos os intervenientes na assistência: neste caso, os que providenciavam os recursos assistenciais, os que organizavam a sua distribuição (não necessariamente os mesmos grupos) e aqueles que deles usufruíam.

Trabalhos mais recentes vêm demonstrando que, uma vez inseridos no sistema, os pobres podiam, ainda que em escalas variadas, interagir com ele, quanto mais não fosse porque passava a ser-lhes reconhecido um determinado papel social, como o de garantir a reprodução da ordem social vigente, fornecer força de trabalho ou evitar, pela imposição da domiciliação, a disseminação das epidemias, um assunto tão caro às elites dominantes. Poder-se-á argumentar que eram actores com capacidades limitadas, até porque quase sempre agiam incitados por exclusivos pressupostos de sobrevivência. Não o negando, quando as análises privilegiam as pessoas em detrimento dos números, é possível ver os pobres actuar de forma consciente e, pelo menos em alguns casos, com algum sentido moral de contestação, sujeitos activos da sua própria história¹⁵, obviamente conforme as suas faculdades e capital social¹⁶. Faziam-no sem recorrer à violência ou à força de algum movimento minimamente organizado, apenas combatendo com os meios que o próprio sistema lhes oferecia, num jogo tácito, que contava com a colaboração de

¹³ Dorothy Porter, 1999a, pp. 9-21. E ainda da mesma autora, 1999b. Sobre a aplicação destes instrumentos de análise à realidade portuguesa, veja-se Laurinda Abreu, 2010b, pp. 347-371.

¹⁴ M. H. D. Van Leeuwen, 1994, pp. 589-613. Análise que o autor desenvolve a partir de alguns trabalhos de Raymond Boudon, nomeadamente *The logic of social action*, 1981.

¹⁵ Edward Thompson, 1968.

¹⁶ Para uma genealogia do conceito cunhado por R. Putnam e suas diferentes aplicações, veja-se Simon Szreter, 2002, pp. 573-621. Um estudo a fazer para Portugal deverá analisar as redes locais dos pobres e os mecanismos de auto-ajuda como forma de investimento a capitalizar em caso de necessidade.

quem o administrava. Um pressuposto que implica resgatar os pobres, os socialmente integrados, portanto, da condição exclusiva de vítimas de uma sociedade que os oprimia e que os sujeitava a variadíssimas formas de disciplina e controlo social¹⁷, mais ou menos subtil, ou pedagogicamente de grande visibilidade, como terão sido as políticas de *renfermement*¹⁸, que investigações tributárias das teorias veiculadas pelos estudos iniciais de Michel Foucault¹⁹ acreditaram terem sido dominantes na Europa moderna, o que não invalida, bem entendido, a preeminência das autoridades em todos estes processos. No caso português, as orientações que prevaleceram desde o primeiro momento – entenda-se aqui: desde os últimos anos do século xv - foram as da Coroa e foi sob elas que os diversos grupos sociais se acharam compelidos a actuar. Quais os campos de intervenção privilegiados pelo poder central no que concerne às questões da assistência e da saúde pública? Que estratégias empregou em relação a cada um deles? Como atraiu os diferentes agentes para a implementação das suas directrizes e de que forma os fez participar no respectivo esforço financeiro?²⁰ Como foram partilhadas as responsabilidades assistenciais entre as várias autoridades? Como é que a sociedade operacionalizou as orientações da Coroa? Como interagiram os diversos actores

¹⁷ Sobre estes conceitos e sua aplicação, veja-se Pieter Spierenburg, 2004, pp. 1-22.

¹⁸ Alguns estudos sobre estas questões são referenciados por Colin Jones, 1996, pp. 51-63.

¹⁹ Ver particularmente Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique, 1961; Surveiller et punir, 1975.

²⁰ Para além da doação de um por cento de todas as rendas obtidas pela Coroa para obras pias, que D. Manuel I fez em Outubro de 1516, cuja execução ainda está por estudar. Cf. *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes: contém os Regimentos pertencentes á Administração da Fazenda Real. Ed. por Joze Roberto Monteiro de Campo Coelho e Soisa,* 1783, tomo I, pp. 122-123. Documento transcrito na *PMM,* 2004, doc. 23, pp. 69-70.

para a distribuição dos recursos? E que papel esteve reservado aos pobres?

Estas são algumas das questões em análise ao longo desta obra, que se organiza em duas partes distintas mas complementares. Na primeira parte - Práticas de caridade e assistência nos alvores da modernidade: organização e afirmação da autoridade da Coroa -, reconstituir-se-á o modo como em Portugal foi definido o perfil do utilizador dos recursos institucionais, ou seja, do pobre merecedor. Encontrada essa noção, que se verá desenhada pela sociedade e pelo poder político, entrar-se-á no campo exclusivo da intervenção da Coroa e das medidas que tomou no sentido de um progressivo domínio dos mecanismos de apoio social. Ver-se-á D. Manuel I trilhar sem hesitações o caminho aberto pelos seus antecessores, transformando iniciativas dispersas e incompletas em algo coerente e estruturado. Em evidência estarão as intervenções do poder central nos hospitais e nas profissões ligadas à saúde, no combate às epidemias e nas misericórdias, estas observadas enquanto veículos das novas práticas da caridade e da assistência que a Coroa quis disseminar em todo o país, mas também de reforço do poder régio, uma vez que cada uma delas significava uma hipótese de aproximação dos poderes do centro à periferia. Num campo progressivamente alargado, quer semântica quer funcionalmente, observar-se-á a Coroa a chegar a sectores onde não tinha intervindo antes, aprofundando a ligação entre a assistência e a saúde, agindo de forma articulada sobre ambas e também sobre os agentes que nelas se movimentavam. De igual modo, acompanhar-se-á o discurso político, expresso pela via normativa, que procurou formatar percursos profissionais e procedimentos ligados à saúde e às práticas assistenciais. A implementação da rede médica e o projecto dos celeiros do trigo serão assim abordados enquanto manifestação de um poder que tinha uma visão integrada das questões da assistência e da saúde. Estarão também em relevo os papéis que

os monarcas atribuíram às câmaras e às misericórdias, o modo como organizaram o financiamento das políticas sociais e os contributos que impuseram aos municípios e solicitaram à Igreja.

A segunda parte – *As instituições como agentes sociais, mediadoras* entre a sociedade, as autoridades e os indivíduos – fixa-se nas instituições assistenciais, aqui tomadas num sentido abrangente, e nos seus utentes. Num cenário de autêntica obsessão pela institucionalização como forma de solucionar ou prevenir comportamentos desviantes, ligados à pobreza mas não só, procurar-se-á captar uma visão geral do universo dos recolhimentos, hospícios, mercearias e colégios dos órfãos, concedendo alguma atenção aos interesses, comungados pela Coroa e pela Igreja, mas também por particulares, de educação moral e religiosa e de regulação e disciplinamento social. Juntar-se-ão a este grupo os hospitais e as prisões, de todas as instituições aquelas que mais concitaram os esforços interventores da Coroa, no sentido da maior eficácia na prestação de apoio aos pobres. Em ambos os casos questionar-se-á a assistência providenciada e os reais objectivos do poder central, nomeadamente quando atribuiu tantas e tão largas competências às misericórdias para actuar no universo prisional. Já em relação aos utentes, e sem preocupações de género²¹, privilegiam-se os actores, independentemente de serem homens ou mulheres. No confronto entre os múltiplos agentes e negociações, intentar-se-á avaliar a distância entre o que estava estipulado nos discursos normativos e a realidade ou, pelo menos, o que dela deixou vestígios documentais. Neste sentido, o mundo prisional merecerá uma atenção própria, dada a especificidade dos pobres assistidos pelas misericórdias nas prisões e o tipo de intervenção que as confrarias lá tiveram.

²¹ Ainda que esse fosse um trabalho relativamente fácil e a opção mais seguida. Cf. John Henderson, Richard Wall, 1994, p. 22.

No projecto inicial deste livro, várias vezes reformulado à medida que os assuntos se complexificavam e obrigavam a procurar respostas para as novas questões que iam surgindo, a segunda metade de Setecentos aparecia como um natural fim de percurso. Sabia-se das (poucas) reformas empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo nas áreas em estudo, de algumas propostas reformistas, sobretudo no contexto intelectual desenvolvido no âmbito da Academia Real das Ciências, e conheciam-se algumas ideias gerais sobre os projectos educativos e repressivos da Casa Pia. Todavia, as dinâmicas encontradas depois de 1780, quer em termos de políticas assistenciais, quer sanitárias e de saúde pública, a diversidade dos sectores envolvidos, a profundidade da acção, a forma como a prática acompanhou a decisão política rapidamente demonstraram que o período em que Diogo Inácio de Pina Manique dirigiu os destinos da Intendência-Geral da Polícia (1780-1805) configurava uma realidade distinta, que justificava uma abordagem específica. A opção foi, pois, deixar o intendente seguir um caminho próprio; como era expectável, construiu-o em conformidade com a matriz histórica e ideológica que o enquadrava e que acabou por o derrotar²².

Importa ainda advertir que esta obra não será uma síntese sobre a assistência à pobreza em Portugal no período moderno²³, nem sequer se propõe revisitar a extensa bibliografia disponível sobre práticas assistenciais²⁴. Pretendeu-se, sobretudo, dedicar um maior cuidado à mutação dos quadros legais que organizaram as questões analisadas, até porque à partida se sabia do crescente reforço do poder central sobre os comportamentos sociais, individuais e

²² Laurinda Abreu, 2013a.

²³ Uma proposta encontra-se em Maria Antónia Lopes, 2010.

²⁴ Sobretudo a produzida depois de 1990, cf. Laurinda Abreu, 1990. De entre todos os trabalhos de Isabel dos Guimarães Sá, 1997. De Maria Marta Lobo de Araújo, veja-se, principalmente, 2000. De Maria Antónia Lopes, veja-se 2000.

colectivos, no período em estudo. O objectivo principal será observar, nas tendências de longa duração, a reacção dos visados e os mecanismos de resistência e de adaptação da norma geral aos interesses dos indivíduos ou dos grupos. Um objectivo talvez desmedido, sobretudo quando se ousa pensar o país a partir dos arquivos centrais, ainda que provenientes de diferentes ordenamentos sociais, custodiados na Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional de Portugal, Academia das Ciências e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, neste último com realce para as Chancelarias e Mesa da Consciência e Ordens. Só aqui e além serão intercalados com documentação de arquivos locais, sendo de referir o inestimável apoio que significaram os *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* e as monografias de história local.

Como última nota, assume-se a sobrerrepresentação de Évora neste livro, o que se deve ao facto de, desde há vários anos, a cidade ser alvo de estudos sistemáticos, desenvolvidos no âmbito de projectos financiados pela FCT²⁵, os quais permitiram construir uma base de dados, nominativa e relacional, onde constam mais de 400 mil registos individuais, de 1535 a 1800, e que cruza os arquivos paroquiais, de índole demográfica, com os que sobreviveram das instituições de assistência. De entre as suas imensas potencialidades, aqui só parcialmente aproveitadas, sobressai a possibilidade de reconstituição de percursos de vida e de seguimento de famílias dentro do sistema assistencial ao longo de várias gerações, cujo

²⁵ Especificamente centrados em Évora, foram financiados os seguintes projectos: O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime: o caso da Misericórdia de Évora, POCTI/HAR/33560/2000; O sistema de caridade e assistência: apropriação social, trajectórias sociais, discursos institucionais. O caso da região de Évora (séculos xv-xvIII), POCI/HAR/60416/2004; Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800), PTDC/HAH/68482/2006. O profissionalismo dos gestores administrativos destes projectos, na Universidade de Évora, e do Dr. Pedro Sousa e Silva, na FCT, não pode deixar de ser mencionado.

estudo já foi iniciado por Rute Pardal no âmbito da sua dissertação de doutoramento²⁶.

O trajecto de investigação que dá corpo a este livro iniciou-se em 1984, sob a orientação do professor António de Oliveira; desde então, alarguei os campos de análise e desenvolvi outras perspectivas de abordagem, que se foram concretizando em diversos trabalhos, alguns deles aqui recuperados. Os programas europeus em que participei foram um espaço de aprendizagem particularmente relevante na minha formação; através deles, estabeleci um contacto intenso com colegas com diferentes experiências científicas e de uma enorme generosidade na partilha do conhecimento. Aos amigos e colegas que desde esse momento me acompanham, e se juntaram aos de sempre, devo o meu reconhecimento. No âmbito dos referidos projectos FCT participaram, a níveis diversos e em diferentes momentos, para além da Rute Pardal, a Rute Ramos, a Joana Troni, a Luísa Gama, o Ricardo Pinto, a Alexandra Marques e o Luís Gonçalves, entre outras intervenções mais pontuais. A todos me cumpre agradecer o profissionalismo e o empenho que dedicaram à pesquisa. Agradeço ainda à professora Margarida Sobral Neto a leitura atenta do texto e à dr.ª Maria de Fátima Lopes a cuidada revisão final. A minha gratidão vai também, sempre, para a família. E para quem comigo partilhou o desenho deste(s) livro(s), acompanhou o seu desenvolvimento e foi um incentivo à sua conclusão.

²⁶ Dissertação intitulada *Práticas de caridade, assistência e controlo social, em Évora, no período moderno: séculos xvi-xviii.*